



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2022

## 017. PROVA OBJETIVA

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HISTÓRIA PROFESSOR II – HISTÓRIA

(OPÇÕES: 017 E 030)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 211 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, menciona a responsabilidade da União em garantir um padrão mínimo de qualidade na educação. Em seu parágrafo 7º, esse mesmo artigo estabelece que tal padrão mínimo de qualidade considerará

- (A) os indicadores de absorção de egressos da educação básica pelo ensino superior ou pelo mercado de trabalho qualificado.
- (B) a Relação Aluno-Professor (RAP), fixada constitucionalmente em, no máximo, 35 alunos por professor na educação básica.
- (C) os resultados apresentados em *rankings* e avaliações educacionais, em âmbito nacional e internacional.
- (D) a economia progressiva na relação custo-benefício referente ao valor anual total por aluno (VAAT).
- (E) as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ).

02. Considerando o parágrafo 9º-A do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), é correto afirmar que a educação alimentar e nutricional

- (A) é de matrícula facultativa nas instituições públicas e privadas, assim como o ensino religioso.
- (B) é prevista como componente curricular obrigatório apenas na educação infantil.
- (C) está incluída entre os temas transversais do currículo de todas as etapas da educação básica.
- (D) compõe o currículo das escolas de jornada integral, devendo ser ofertada prioritariamente em contraturno.
- (E) deve se submeter aos hábitos da comunidade local em que a escola está inserida.

03. Leia o excerto a seguir, extraído da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*).

“Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar \_\_\_\_\_.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme os termos específicos utilizados no documento.

- (A) das atividades didáticas previstas para aplicação em sala de aula
- (B) das reuniões pedagógicas da unidade escolar
- (C) dos processos de seleção e avaliação dos profissionais de educação
- (D) da definição das propostas educacionais
- (E) da atribuição de notas e conceitos

04. Conforme o artigo 23 da *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009), os Estados Partes do documento assegurarão que uma criança não será separada de seus pais contra a vontade destes, **exceto** quando

- (A) a localidade em que a família reside não oferecer os serviços de acessibilidade e tratamento necessários ao bem-estar da criança.
- (B) autoridades competentes determinarem, em conformidade com as leis e procedimentos aplicáveis.
- (C) houver alegação procedente de deficiência incapacitante de um ou de ambos os pais.
- (D) houver alegação de deficiência grave e irreversível da criança.
- (E) a família imediata de uma criança com deficiência não tiver condições financeiras de cuidar da criança.

05. Maria José é pedagoga, formada no final da década de 1990, mas apenas recentemente passou a exercer a profissão, como professora dos anos iniciais do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo. Seguindo as definições do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola, está tendo dificuldades para formular um projeto que envolva Educação em Direitos Humanos, pois não se recorda de ter aprendido esse conteúdo durante a graduação.

Tendo em vista a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, é correto afirmar que, atualmente, a Educação em Direitos Humanos é componente curricular

- (A) obrigatório na formação inicial de todos os profissionais da educação, mas também deve orientar a formação continuada, contexto em que Maria José pode capacitar-se.
- (B) optativo na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sendo que o caso de Maria José demonstra o prejuízo causado pela falta de obrigatoriedade.
- (C) eletivo da base diversificada do currículo da educação básica, de modo que Maria José pode questionar a definição do PPP quanto à obrigatoriedade do conteúdo na unidade em que atua.
- (D) previsto formalmente apenas a partir dos anos finais do ensino fundamental, de modo que Maria José pode adiar o seu projeto para quando estiver mais segura e capacitada.
- (E) atribuído oficialmente a professor especialista, dada sua complexidade ética, sendo que Maria José pode se capacitar em nível de pós-graduação, caso seja de seu interesse.

06. A Lei nº 13.445/2017 (*Lei de Migração*) dispõe, em seu artigo 3º, sobre princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira. No que concerne à criança e ao adolescente migrantes, o inciso XVII do referido artigo pressupõe

- (A) acesso condicional da criança e do adolescente migrantes a serviços de educação, alimentação e moradia.
- (B) proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrantes.
- (C) impossibilidade de admissão no País de crianças e adolescentes migrantes desacompanhados de responsável legal.
- (D) naturalização definitiva como direito de crianças e adolescentes migrantes em seu ingresso no território nacional.
- (E) garantia de educação gratuita à criança e ao adolescente migrantes, em instituições privadas ou públicas.

07. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do excerto a seguir, extraído da Resolução CNE/CP nº 01/2004 (que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*).

“Art. 5º. Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de \_\_\_\_\_ posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.”

- (A) penalizar
- (B) criminalizar
- (C) publicizar
- (D) corrigir
- (E) acolher

08. O documento intitulado *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004) aponta uma relação de vantagens decorrentes da implantação do Conselho Escolar.

Assinale a alternativa que apresenta uma consequência dessa implantação, em conformidade com os argumentos do texto.

- (A) A prevenção de que haja alterações curriculares ou flexibilização do calendário escolar, efetivando o cumprimento das regulamentações vigentes.
- (B) A redução significativa da necessidade de fiscalização e de controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional.
- (C) A garantia de decisões efetivamente coletivas, de modo que as ações têm um patamar de legitimidade mais elevado.
- (D) O reconhecimento da improvisação como conduta pedagógica legítima e alinhada à premissa de autonomia docente.
- (E) A elaboração qualificada do projeto político-pedagógico apenas por especialistas, a fim de assegurar a inserção das melhores práticas pedagógicas.

09. Hugo é secretário de uma escola da rede estadual de São Paulo. Recentemente, atendeu um estudante transexual que solicitou uma alteração em seu cadastro, a fim de registrar seu novo prenome. Em dúvida sobre quais procedimentos adotar, Hugo consultou o Decreto nº 55.588/2010 (que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas) e concluiu, acertadamente, que

- (A) a mudança requerida passa a ter validade após autorização expressa do responsável pela unidade escolar.
- (B) a apresentação de documentos de identificação e de registro civil com o novo prenome é um requisito para a atualização do cadastro.
- (C) a mudança refere-se apenas aos atos escritos, sendo esta uma obrigação da escola.
- (D) a referência ao prenome anterior passa a ser vetada na unidade escolar e passível de penalidade, tanto em atos formais quanto em atos informais.
- (E) o prenome escolhido deve acompanhar o prenome anotado no registro civil, na emissão de documentos oficiais.

10. Considerando o momento em que foi elaborada, a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) apresenta a situação então vigente da educação especial no estado. Especificamente em relação aos estudantes com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o documento afirma que
- (A) a redução gradual de matrículas desse público nas escolas especiais é um dado preocupante, por demonstrar falhas nas políticas inclusivas efetivadas no estado.
  - (B) o atendimento desse público em escolas privadas não inclusivas ainda conta com custeio público, sobretudo devido a pedido das respectivas famílias.
  - (C) esse público representa, entre as categorias elegíveis à educação especial, os menores percentuais de matrículas nas escolas da rede estadual.
  - (D) a previsão de ampliação das Classes Regidas por Professor Especializado (CRPEs) é uma das principais medidas estaduais voltadas a esse público a médio prazo.
  - (E) a extinção de parcerias junto a organizações especializadas da sociedade civil tem contribuído para o aumento da qualidade no atendimento educacional regular a esse público.
11. Considerando as estratégias traçadas no *Plano Estadual de Educação de São Paulo* atualmente vigente (Lei nº 16.279/2016), é correto afirmar que há previsão expressa de flexibilização
- (A) das definições de analfabetismo absoluto e funcional.
  - (B) da obrigatoriedade do ensino médio.
  - (C) da formação específica exigida dos profissionais da educação.
  - (D) da periodicidade do Saesp.
  - (E) dos tempos e espaços escolares.
12. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma competência específica traçada pelo *Currículo Paulista* (2019) para a área de Linguagens, no ensino fundamental.
- (A) Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
  - (B) Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
  - (C) Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
  - (D) Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
  - (E) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

13. Azambuja e Silva (2024) abordam a questão do plágio acadêmico em trabalhos escritos, salientando que a inteligência artificial (IA) intensifica esse impasse. Nos termos dos autores: “Com ferramentas como o ChatGPT o problema permanece e se aprofunda, pois agora a ferramenta entrega textos que não estão prontos na Internet. A ferramenta oferece a sua própria versão sobre o assunto pesquisado com enorme poder de síntese [...]. O resultado, normalmente, são textos muito bem fundamentados e muito bem escritos que dão inveja a bons escritores e intelectuais”.

Diante desse cenário, uma medida que os autores defendem como necessária é

- (A) o desenvolvimento de *softwares* de detecção de plágio mais avançados.
- (B) a retomada de práticas que independem de tecnologia, como a escrita à mão.
- (C) a alfabetização tecnológica dos educadores como variável constante.
- (D) a imposição de sanções severas para o plágio feito a partir de *softwares* de IA.
- (E) a transposição didática das habilidades escritas para habilidades digitais.

14. Em sua discussão sobre avaliação educacional, Menezes (*In: Carvalho et al., 2007*) sustenta algumas correlações que entende serem procedentes na análise de dados sobre desempenho escolar, mas refuta outras. Uma correlação afirmada pelo autor como sendo coerente é:

- (A) a média de anos de escolaridade é a variável mais importante para o crescimento econômico de um país.
- (B) há correlação entre gastos e proficiência escolar, independentemente da maneira como se aplicam os recursos.
- (C) o aluno que passa mais horas na escola aprende mais e desempenha melhor nos exames de proficiência.
- (D) o aumento das matrículas no ensino médio resulta em aumento equivalente no ensino superior.
- (E) quanto mais a criança é exposta a problemas que ela não consegue resolver, mais ela se sente desafiada, o que reduz sua tendência a desistir do estudo.

15. A partir de uma contextualização sobre a justiça restaurativa, Ceccon *et al.* (2009) expõem uma definição de *escola restaurativa*.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica dessa escola, conforme propõem os autores.

- (A) Busca ativa pelos culpados pelos conflitos, personalizando as ações.
- (B) Entendimento da disciplina como autodisciplina e autodomínio.
- (C) Foco nos equipamentos, nos processos e nas regras.
- (D) Extinção progressiva do conflito por meio de ações sobre suas causas.
- (E) Priorização de medidas paliativas diante de episódios de violência.

16. Em coerência com a definição de protagonismo juvenil que defendem, Costa e Vieira (2000) apresentam uma escada de participação do jovem, indicando progressivamente os diferentes níveis possíveis dessa participação.

De acordo com os autores, o último nível dessa escada, ou seja, o nível mais avançado de protagonismo juvenil, é a participação

- (A) mimética.
- (B) operacional.
- (C) simbiótica.
- (D) condutora.
- (E) simbólica.

17. A respeito da técnica denominada “*O que fazer*”, Lemov (2023) afirma que dar instruções eficazes é uma das competências centrais do ensino. Em sua concepção, para que instruções sejam de fato eficazes, elas devem ser, entre outras características,

- (A) genéricas e extensivas.
- (B) desafiadoras e austeras.
- (C) abstratas e coletivas.
- (D) flexíveis e intermitentes.
- (E) sequenciais e observáveis.

18. Leia o excerto a seguir, extraído de Lemov (2023):

“Uma discussão eficaz precisa de um propósito compartilhado – em dois níveis. Ela precisa de um tópico específico que os participantes concordem tacitamente em discutir e precisa de um modelo mental compartilhado do que significa discutir alguma coisa. [...] A discussão deve envolver alguma reflexão ao longo das linhas de: o que eu, ou nós, aprendemos aqui?”

Tendo em vista essa premissa, o autor apresenta técnicas com a intenção de promover discussões eficazes em sala de aula. Uma dessas técnicas é denominada

- (A) Discussão disciplinada.
- (B) Debate livre.
- (C) Discutir para vencer.
- (D) Argumentação fora da caixa.
- (E) Debater para responder.

19. Mantoan (2015) especifica algumas tarefas que considera necessárias para concretizar a perspectiva de inclusão escolar que ela defende.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das tarefas propostas pela autora.

- (A) Substituir a premissa de uma pedagogia da diferença por uma pedagogia da igualdade.
- (B) Suprimir o caráter investigativo e diagnóstico da avaliação escolar.
- (C) Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- (D) Customizar o ensino, ajustando-o às limitações dos estudantes a serem incluídos.
- (E) Priorizar expedientes como a adaptação do currículo e a terminalidade específica.

20. Williams (2005) apresenta em sua narrativa a metáfora do *balde de feedback*. Esse balde contém furos originados de fontes internas ou externas, por onde o *feedback* se esvai, gerando comportamentos de baixo desempenho, dificuldades de relacionamento, pouca iniciativa etc. Na narrativa, o autor indica algumas formas de tapar esses furos, ainda que de forma transitória. Uma dessas formas é

- (A) enfatizar os sucessos coletivos em detrimento dos individuais.
- (B) delegar o poder de tomar decisões.
- (C) oferecer *feedbacks* mais amplos, evitando exemplos objetivos.
- (D) concentrar-se em aspectos da personalidade da pessoa.
- (E) suprimir *feedbacks* corretivos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O termo “atitude historiadora”, no *Currículo Paulista*, refere-se ao movimento que professores e estudantes devem realizar para se posicionarem como sujeitos frente ao processo de ensino e aprendizagem [...].

(São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. *Currículo Paulista*)

O documento apresenta, como sendo parte da “atitude historiadora”,

- (A) o uso da comparação, contextualização e interpretação de fontes históricas, refletindo sobre a sociedade em que vivem, analisando e propondo soluções.
- (B) o desenvolvimento da capacidade de elaborar documentos e fontes históricas, que produzam uma narrativa isenta de subjetividades para as ocorrências estudadas.
- (C) o aprimoramento da consciência histórica, com a finalidade de compreender a evolução dos estágios da humanidade, da Pré-História à Idade Contemporânea.
- (D) a formação de uma competência crítica capaz de aproximar o fazer histórico do fazer pedagógico, tomando como fundamento uma perspectiva teleológica da História.
- (E) a habilidade mínima para aplicar métodos e instrumentos de investigação histórica, que permitam a busca pela verdade dos acontecimentos do passado.

22. O problema, em termos de ensino-aprendizagem, é que o abandono da diacronia pode transformar o conhecimento histórico numa sabedoria de almanaque mal digerida, em que acontecimentos, instituições e movimentos ocorrem do nada para o nada. Será que é isso o que mais nos interessa com relação à disciplina História? Misturar Galileu e Einstein ou Espártaco e Zumbi – unidos por algum “tema transversal” – como se fossem contemporâneos prontos a dialogar pode desistoricizar suas práticas e formas de pensamento se não estivermos muito atentos.

(Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky.

*O que e como ensinar*. Em: Leandro Karnal (org.),

*História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Adaptado)

No fragmento, os autores enfatizam a importância de o ensino de História estar fundamentado

- (A) na periodização positivista.
- (B) na ordem hierárquica dos acontecimentos.
- (C) no desconstrutivismo do discurso histórico.
- (D) na ideia de processo histórico.
- (E) na longa duração.

23. Resolvi regalá-lo [ao nativo Sexta-Feira] com um pedaço de cabrito assado. Preparei a carne, pendurando-a de um cordel sobre a fogueira, conforme vira fazer muitas vezes na Inglaterra (...). Quando lhe dei a comer um pedaço de carne, usou de tantos gestos para dizer-me quanto a apreciava, que não pude deixar de entendê-lo. Acabou por me afiançar que nunca mais comeria carne humana, o que me alegrou bastante.

(Daniel Defoe. *Robinson Crusoe*. Apud Rafael Ruiz. *Novas formas de abordar o Ensino de História*. Em: Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos práticos e propostas*)

Apresentando possibilidades de utilização da literatura nas aulas de História, o historiador Rafael Ruiz propôs a leitura do fragmento para

- (A) identificar a projeção do olhar do colonizador sobre o outro, em que se buscava moldar o Novo Mundo ao estilo europeu.
- (B) realizar uma abordagem comparativa entre o atraso cultural dos povos nativos, em relação ao protagonista dessa obra literária.
- (C) apresentar um modelo de análise do materialismo histórico, fundamentando-se na linguagem como reflexo da infraestrutura.
- (D) analisar a possibilidade de essa obra literária ser referência para os métodos de pesquisa de matriz positivista da História.
- (E) constatar a dificuldade para considerar uma obra literária como um documento ou fonte de análise para o ensino de História.

24. Na História Antiga, a tradicional dicotomia entre Oriente e Ocidente constitui uma grande narrativa que estrutura toda uma visão da História.

(Pedro Paulo Funari, *A renovação da História Antiga*. Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*)

De acordo com o autor, a dicotomia mencionada foi cada vez mais enfatizada

- (A) para evidenciar a importância das grandes civilizações orientais e ocidentais da Antiguidade acerca da formação dos valores do mundo contemporâneo.
- (B) como um desdobramento da ampliação do conceito de documento histórico, provocado por importantes teóricos franceses da História Nova.
- (C) em razão dos avanços da pesquisa historiográfica, que possibilitou a descoberta e catalogação de novos documentos da antiguidade clássica.
- (D) no contexto do moderno imperialismo dos séculos XIX e XX, para mostrar a criação do Ocidente como uma supercivilização dominante do mundo.
- (E) em função da polarização ideológica causada pelo debate teórico entre as tendências historiográficas do estruturalismo político e do marxismo econômico.

25. Tomando o ponto de vista da classificação cronológica, entendeu-se o “moderno” como algo que iniciava com a queda de Constantinopla (maio de 1453) até a Revolução Francesa (1789).

Sabemos das imensas limitações desses marcos.

(Leandro Karnal, *A História Moderna e a sala de aula*. Em: Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*)

Dentre as limitações apontadas pelo autor, encontra-se o fato de que

- (A) a queda de Constantinopla provocou apenas mudanças localizadas, que não alteraram, de fato, o contexto geopolítico da Europa e do Oriente Médio.
- (B) as Grandes Navegações portuguesas e espanholas provocaram impactos mais contundentes e não foram considerados como marcos disruptivos.
- (C) processos tidos como típicos da Idade Moderna, como o Renascimento, já estavam em pleno curso quando da queda de Constantinopla.
- (D) o recorte, embora seja válido para o conjunto dos países europeus, não retrata o contexto histórico dos demais continentes ou países do mundo.
- (E) o poder burguês associado à Revolução Francesa foi materializado em outros países, somente no século seguinte, a exemplo da Inglaterra e Holanda.

26. A diferença entre o velho conceito de História Contemporânea e História do Tempo Presente pode ser definida pela presença viva dos protagonistas e da memória, ainda interagindo com o tempo do historiador, como testemunhos vivos e dinâmicos do passado.

(Marcos Napolitano, *Pensando a estranha História sem fim*. Em: Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Adaptado)

O historiador Marcos Napolitano aponta que um dos desafios da pesquisa historiográfica do Tempo Presente refere-se à

- (A) dificuldade para superar a ideia de neutralidade almejada pelos teóricos franceses do século XIX, aplicando-se métodos que não condizem com a contemporaneidade.
- (B) supervalorização da temática política como tema de estudo, desviando o estudo da esfera das relações de poder na sociedade com o fato político propriamente dito.
- (C) quase impossibilidade de utilização de fontes documentais corretas e confiáveis, que não estejam enviesadas por subjetividades e opções ideológicas.
- (D) falta de reconhecimento acadêmico institucional, para que as fontes e os estudos realizados sejam validados e possuam valor de caráter científico.
- (E) separação epistemológica e metodológica daquilo que é memória (uma prática sociocultural) do que é História (uma operação intelectual de bases científicas).

27. Assim, exemplificando, o estudo da história das populações indígenas deve partir dos grupos existentes no presente ou que já viveram na região, para conhecer as singularidades históricas de cada grupo nativo e evitar a generalização “índios”. Uma abordagem genérica sobre o índio brasileiro impossibilita o conhecimento da história das relações e formas de contato com o mundo branco, diferente para cada população indígena e com consequências igualmente diversas para a História do Brasil.

(Circe Bittencourt, *Identidade nacional e o ensino de História do Brasil*. Em: Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula*. conceitos, práticas e propostas. Adaptado)

O fragmento exemplifica

- (A) uma análise historiográfica de natureza eurocêntrica, mas que valoriza a identidade cultural dos povos originários.
- (B) a articulação entre história local e regional com a nacional, requerendo compreensão sobre fundamentos da micro-história.
- (C) a aplicação prática do conceito antropológico de identidade cultural, em consonância ao de nação.
- (D) a valorização de mitos que mascaram problemas sociais e discriminações no contexto da colonização do Brasil.
- (E) a reflexão sobre os conteúdos tradicionais para a consolidação identitária dos segmentos de públicos da Educação.

28. Para a definição de fontes históricas, o *Currículo Paulista* para a área de História no Ensino Fundamental utiliza como referencial teórico

- (A) o materialismo dialético.
- (B) o neopositivismo.
- (C) os historiadores metódicos.
- (D) o estruturalismo contemporâneo.
- (E) a Escola dos Annales.

29. A naturalização da escravidão é o pilar estruturante de decisões judiciais. Absolve-se o escravagista porque suas vítimas estão acostumadas a condições precárias de vida e trabalho. Como já enfatizado em outro estudo [...], trata-se de uma condescendência com a extorsão extrema [...]: uma naturalização histórica da segregação, da exploração e da agressão ao trabalho humano.

(Cavalcanti, T. M.; Rodrigues, R. G. *Trabalho escravo contemporâneo*: hoje, o mesmo de ontem)

De acordo com os autores, a “naturalização da escravidão” é um desdobramento

- (A) de origem de classista.
- (B) da disseminação da informalidade do trabalho.
- (C) do contexto econômico mundial.
- (D) da falta de legislação específica.
- (E) da escassez de profissionais qualificados.

30. Leia o excerto a seguir:

[...] o significado do conceito de escravo, no contexto das realidades africanas, é muito distinto daquele aplicado no Brasil ou em outras culturas, em diferentes épocas. Na África [antes do tráfico europeu], esse conceito seria aplicado a categorias distintas que nada têm ou pouco têm a ver com o conceito de escravo, tal como se deu na realidade escravista do Brasil colonial e das Américas de modo geral.

(Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, *O negro no Brasil de hoje*)

Para a obra em referência, uma dessas diferenças reside no fato de que, na África tradicional,

- (A) o principal critério para definir a condição de escravizado fora da guerra era a hereditariedade materna, isto é, filhos de mães escravizadas herdariam essa condição.
- (B) não havia a constituição de um sistema escravista, pois não se suscitava uma categoria de indivíduos mantida institucionalmente em uma relação de subordinação.
- (C) existia um modo de exploração escravista que renovava de forma sistemática uma categoria distinta de indivíduos com um mesmo estatuto social, o de escravizado.
- (D) embora o comércio de pessoas escravizadas fosse comum, foi somente a partir da intervenção europeia que se instalou o tráfico negreiro em escala internacional.
- (E) a prática do penhor humano era a principal forma praticada de escravização, em que devedores ou seus familiares tornavam-se propriedade permanente de seus credores.

31. A estrutura política do Kongo, no século XVI, segue o exemplo das estruturas políticas dos reinos costeiros africanos. O grau de aperfeiçoamento desse reino levou alguns autores ocidentais a pensar que tivesse sido criado pelos portugueses, no início do século XVI, hipótese que não resiste às provas históricas.

(Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, *O negro no Brasil de hoje*. Adaptado)

A principal característica da estrutura política mencionada é

- (A) a divisão em formato de capitânicas hereditárias.
- (B) a organização em pequenos feudos.
- (C) a inexistência de classes sociais.
- (D) o Estado com poder centralizado.
- (E) o estabelecimento de um poder republicano.

32. Embora reprimida e perseguida, a capoeira continuou o seu percurso. Às escondidas, nos quintais, nas praias, nos terreiros e nos arredores da cidade, as capoeiras, após a abolição da escravidão e com o advento da República, exercitavam e aperfeiçoavam a sua prática e a transmitiam para as futuras gerações.

Somente nos anos 1930 a 1940, a capoeira volta à cena brasileira de maneira pública, por meio do presidente Getúlio Vargas, na revolução de 1930 [...].

(Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, *O negro no Brasil de hoje*)

Considerando o exposto pelo fragmento, de acordo com Munanga e Gomes, Getúlio Vargas

- (A) reprimiu duramente a capoeira, proibindo sua prática em locais públicos ou privados, na tentativa de enfraquecer os movimentos de resistência cultural dos negros.
- (B) realizou uma campanha contra a capoeira, apoiando-se em discursos de natureza racista e acusando seus praticantes de serem agentes marginais e de subversão.
- (C) permitiu a prática livre da capoeira em sua expressão artística – de música e de dança –, proibindo movimentos de golpes que remetessem à luta corporal.
- (D) procurou apropriar-se da capoeira como um símbolo de um Brasil “embranquecido”, divulgando-a como fruto de uma cultura popular, apagando as origens africanas.
- (E) utilizou a capoeira como parte de sua estratégia política para angariar a simpatia das massas e, assim, exercer um maior controle sobre suas manifestações populares.

33. Como essa história [da mentalidade] é de muito longa duração, não podemos [...] examiná-la em cada uma das suas fases medievais. Veremos seus componentes, presentes em todas as fases, ainda que por abundância documental exemplifiquemos mais com a Idade Média Central.

(Hilário Franco Júnior, *A Idade Média: nascimento do ocidente*)

Faz parte dos componentes indicados pelo autor

- (A) o humanismo, baseado na crença do valor do ser humano e no reconhecimento de suas capacidades para praticar o bem.
- (B) a fraternidade, sendo a base para a formação de irmandades e corporações de ofício, base do corporativismo moderno.
- (C) o belicismo, como um sentimento de que tudo e todos participam da luta cosmológica entre as forças do Bem e do Mal.
- (D) o contrato social, que seria um acordo entre os indivíduos para formar uma sociedade mais coesa, justa e protegida.
- (E) o estoicismo, em que havia o pensamento de que a desarmonia seria a regra que determina todos os acontecimentos no mundo.

34. Outro interessante exemplo [...] temos nos reis, históricos ou míticos, que teriam desaparecido sem morrer e que retornariam quando seus povos deles precisassem. A crença nesses monarcas messiânicos e milenaristas tanto podia legitimar seus sucessores quanto servir de contestação ao governante do momento. Henrique II da Inglaterra (1154-1189), por exemplo, procurou justificar sua pretensão sobre Gales, Irlanda e Escócia, associando sua dinastia, de origem estrangeira [...], a Artur, mítico rei dos bretões. Como se acreditava que um dia Artur voltaria da ilha de Avalon para pessoalmente governar a Grã-Bretanha, quando, em 1554, Filipe II de Espanha casou-se com Maria Tudor precisou solenemente jurar que renunciaria ao trono inglês se Artur o reivindicasse.

(Hilário Franco Júnior, *A Idade Média: nascimento do ocidente*)

O excerto exemplifica

- (A) a associação entre cotidiano e religiosidade.
- (B) a conexão existente entre povo, nação e Estado.
- (C) a inexistência da noção de propriedade privada de capital.
- (D) o antagonismo entre o natural e o cultural.
- (E) as relações entre política e imaginário.

35. Luís Weckmann detectou com pertinência a existência de uma herança medieval no Brasil, porém limitou sua presença apenas até o século XVII. E, na realidade, ela continua viva ainda hoje nos nossos traços essenciais.

(Hilário Franco Júnior, *A Idade Média: nascimento do ocidente*)

Para o historiador Hilário Franco Júnior, entre outras possibilidades, observa-se a referida herança

- (A) na família patriarcal, ainda presente em muitas regiões, dificultando a transformação do indivíduo em cidadão e dos interesses particulares em interesses gerais.
- (B) na valorização do campesinato como categoria social, em razão da importância do trabalho manual, artesanal, cotidiano e rotineiro suscitado pelo uso da terra.
- (C) no plano jurídico, cujas normas derivadas do Direito Romano, estabeleceram rigor consuetudinário formal, para serem praticadas em favor da consolidação do Estado.
- (D) no processo de formação e homogeneização do catolicismo brasileiro, em que houve a cristianização e apagamento de manifestações do paganismo e dos cultos africanos.
- (E) no desenvolvimento de instituições políticas centralizadas, estimuladas pelo agrupamento de comunidades em torno de lideranças ligadas a setores tradicionais.

36. O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos de ideologias arcaicas facilmente confundidos pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo com a reação e a contrarrevolução.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Adaptado)

Entre os exemplos de guerra de guerrilha revolucionária no século XX, é correto identificar a Revolução

- (A) Chinesa de 1949.
- (B) Alemã de 1919.
- (C) Húngara de 1936.
- (D) Russa de 1917.
- (E) Iraniana de 1979.

37. Na América Latina, as grandes forças da mudança política eram políticos civis — e exércitos. A onda de regimes militares direitistas que começou a inundar grandes partes da América do Sul, na década de 1960, não respondia, basicamente, a rebeldes armados.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Adaptado)

No caso do Chile, o golpe militar, ocorrido em 1973, derubou um governo

- (A) autoritário e estatista, influenciado pelos modelos socialistas cubano e soviético.
- (B) dominado pelos comunistas, que subiram ao poder após uma revolução social.
- (C) de origem rural, que ascendeu ao poder a partir de uma revolução camponesa.
- (D) de frente popular, que unia socialistas, comunistas e outros progressistas.
- (E) baseado nas lutas operárias e na realização de greves intensas que pararam o país.

38. A dinâmica do comércio atlântico negreiro torna a reprodução mercantil dos escravos mais rápida e mais efetiva do que a reprodução demográfica, eventualmente gerada nas famílias cativas dos engenhos e das fazendas luso-brasileiras. Com a reconquista de Angola pela expedição luso-brasileira de Salvador de Sá (1648), a economia brasileira se apropria — por dois séculos inteiros — da maior reserva africana de mão de obra. No rastro militar da invasão militar, no farnel dos milicianos brasílicos desembarcam mercadorias para o escambo.

(Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Adaptado)

Entre as mercadorias para escambo mencionadas no texto, é correto identificar:

- (A) carne seca e feijão.
- (B) cachaça e tabaco.
- (C) açúcar e café.
- (D) borracha e milho.
- (E) quiabo e búzios.

39. Pretendi esboçar as fronteiras e as etapas históricas que constituíram um espaço transcontinental, luso-brasileiro e luso-africano que se assemelha a um atol do Pacífico. Na maior parte do tempo, a cadeia de montanhas unindo as ilhas fica submersa, invisível. Só quando um terremoto faz tremer o fundo do mar e se levantam tempestades, é que o grande anel do atol surge no horizonte. Há, de fato, dois terremotos que expõem o arco transcontinental da zona econômica formada pelo Brasil e por Angola. O primeiro ocorre durante a Guerra dos Trinta Anos, quando a investida holandesa no Atlântico Sul junta Luanda e Recife num só front militar.

(Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Adaptado)

Em relação ao primeiro terremoto mencionado por Luiz Felipe de Alencastro, é correto afirmar que

- (A) os interesses holandeses na América portuguesa estavam relacionados à procura por mão de obra negra escravizada, na medida em que os portos negreiros na África eram dominados pelos comerciantes portugueses.
- (B) o front militar formado por Luanda, em Angola, e Recife, no Brasil, evidenciou um espaço colonial português fragmentado, com separações claras das dinâmicas econômicas entre África e América.
- (C) o sistema colonial foi atravessado por uma crise refundadora no século XVII, pois na saída da guerra holandesa estabeleceu-se uma cogestão portuguesa e brasílica no espaço econômico do Atlântico Sul.
- (D) Lisboa sempre foi o grande centro articulador das relações econômicas entre Brasil e África, e a relação entre a colônia portuguesa na América e o continente africano dependia do trânsito por Portugal.
- (E) a relação entre o Brasil e a África arrefeceu ao longo do século XVII, devido à concorrência com as Antilhas e a crise da economia açucareira do Nordeste, o que levou à redução dos laços comerciais no Atlântico Sul.

40. O reino do Congo, cuja duração se estendeu até o último quartel do século XVII (mais precisamente em 1665, quando foi destruído por tropas lusas, africanas e brasileiras), teve um mani (senhor), o Manicongo, que se declarou “convertido” ao cristianismo, em 1512, como forma de se opor às linhagens rivais “animistas”. Como consequência, a Mesa de Consciência de Lisboa reconheceu o bispado do Congo, sob justificativa de que o reino do Congo era cristão havia muito.

(Leila Leite Hernandez. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. Adaptado)

Depois do mencionado reconhecimento, as relações entre os chefes africanos e os portugueses

- (A) ficaram caracterizadas pela escravização tanto dos cristãos quanto dos não cristãos.
  - (B) tornaram-se uma relação pacífica, condicionada à cristianização da população.
  - (C) assumiram uma marca de aliança voltada à escravização de outros povos africanos.
  - (D) passaram a ser uma relação de trocas, atendendo aos interesses africanos.
  - (E) continuaram marcadas pelos saques, pelo comércio e, por vezes, por alianças.
41. Os exploradores carregavam um espírito aventureiro despertado pelo imaginário sobre a África formado pelos relatos sobre monstros como gigantes, pigmeus, mulheres-pássaros e homens-macacos. Noutra vertente vigorava a ideia da existência de “reinos riquíssimos e misteriosos”, caracterizados pela abundância de escravos, ouro e noz-de-cola.

(Leila Leite Hernandez. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. Adaptado)

Desde fins do século XVIII e de forma crescente no século XIX, no entanto o que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a busca

- (A) por grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais sobretudo dos ingleses e franceses.
- (B) dos britânicos por novos caminhos para as Índias para encurtar a circum-navegação da África, o que levou à abertura do Canal de Suez em 1869.
- (C) pela ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados produzidos nos Estados Unidos, especialmente após a sua independência.
- (D) de antropólogos e geógrafos europeus, empenhados na tarefa de desenvolver o corpus de suas ciências recém-constituídas a partir da África.
- (E) por mão de obra barata, necessária para complementar o trabalho fabril que se desenvolvia na Europa no contexto da Revolução Industrial.

42. A participação de africanos na Primeira Guerra Mundial se repetiu na Segunda Guerra, quando perto de 190 mil homens estiveram em frentes de batalha na Alemanha, Itália, Líbia, Normandia, no Oriente Médio, na Indochina e na Birmânia. A guerra colocou os povos negros em contato com o caráter instrumental da técnica multiplicada pela violência exercida pelos povos brancos entre si. Talvez o mais importante legado dessa experiência tenha sido o de ter desnudado a desumanidade dos “civilizados”.

(Leila Leite Hernandez. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. Adaptado)

De acordo com Leila Leite Hernandez, as duas grandes guerras tiveram um peso decisivo para o processo que deu impulso às lutas de independência na África, pois tornava-se possível

- (A) vislumbrar o direito de os povos negros serem tratados como semelhantes em um mundo compartilhado, princípio fundamental para se lutar pela igualdade, fosse individual ou social, e pela liberdade.
  - (B) reconhecer que a guerra era um instrumento legítimo de luta por seus ideais de emancipação e liberdade, semelhante ao que havia acontecido entre as nações europeias na primeira metade do século XX.
  - (C) transferir para o continente africano as rivalidades e oposições que existiam entre as nações europeias, lutando pelo direito de se afirmarem umas em relação às outras por meio do uso da violência militar.
  - (D) manifestar descontentamento entre os povos africanos que participaram dos conflitos, mas não se beneficiaram do butim da guerra, tendo sido preteridos em relação às vantagens econômicas das vitórias militares no confronto.
  - (E) criticar os europeus por sua política colonialista fazendo uso de conceitos como “espaço vital”, cunhado pelos nazistas, mas ressignificado pelos povos africanos em defesa de seus territórios tradicionais ligados à ancestralidade.
43. De 1961 até 1975, quando dos processos de independência das colônias africanas, acentuaram-se as questões relativas ao regime de trabalho. Em uma tentativa de neutralizar tanto o ascenso das guerras de guerrilhas como as críticas internacionais, em 1961, o Estatuto Indígena foi abolido embora, na prática, tenha continuado a vigorar sob o nome de “voluntariado”. Embora a oposição democrática se mostrasse favorável à autodeterminação das colônias, o governo autoritário da metrópole rejeitou a ideia de independência.

(Leila Leite Hernandez. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. Adaptado)

O texto faz referência ao colonialismo

- (A) belga.
- (B) espanhol.
- (C) britânico.
- (D) português.
- (E) francês.

44. Uma civilização inteiramente desconhecida acabou de ressurgir do túmulo, às margens do Indo. Métodos de investigação até então desconhecidos também surgiram. Sabemos melhor do que nossos predecessores questionar as línguas sobre os costumes, as ferramentas sobre o trabalhador. Aprendemos principalmente a aprofundar mais na análise dos fatos sociais.

(BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Adaptado)

Marc Bloch apresenta essa reflexão com o intuito de

- (A) criticar historiadores que fazem perguntas a objetos de pesquisa, ao invés de realizar interpretações objetivas.
- (B) defender a imutabilidade do conhecimento histórico, em função da natureza factual da História como ciência.
- (C) mostrar que o passado não mais se modificará, mas o conhecimento do passado está em transformação.
- (D) afirmar a superioridade dos pesquisadores do presente em relação aos do passado, por serem mais eruditos.
- (E) reconhecer os impasses da historiografia atual, para evitar a retomada de objetos sem a necessária objetividade.

45. Tomando agora o caso português, que nos interessa de perto, seria equivocado pensar que os preceitos mercantilistas foram aplicados sempre consistentemente. Se insistimos em lhes dar grande importância, é porque eles apontam para o sentido mais profundo das relações Metrópole-Colônia, embora não contem toda a história dessas relações.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

De acordo com o historiador Boris Fausto, em Portugal, a aplicação mais consequente da política mercantilista só se deu em

- (A) início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, quando se fortaleceu o pacto colonial e a política de exclusividade metropolitana.
- (B) fins do século XVIII, em função do auge da exploração aurífera na região das minas gerais e em consequência da política metalista adotada pela Coroa.
- (C) meados do século XVI, antes de se constituir o tráfico negreiro como principal negócio e fonte de acumulação de capital da burguesia mercantil metropolitana.
- (D) meados do século XVII, no contexto da ocupação holandesa do Nordeste, quando Portugal passou a controlar a produção, o refino e a comercialização do açúcar.
- (E) meados do século XVIII, sob o comando do Marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa Ocidental.

46. A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à ideia de independência.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

Um dos fatores externos que contribuiu de maneira determinante para o processo de independência do Brasil, como descrito no texto, foi

- (A) o Congresso de Viena, de 1815.
- (B) a Revolução Liberal do Porto, de 1820.
- (C) a Revolução Haitiana, de 1791.
- (D) a Independência dos EUA, de 1776.
- (E) a Constituição Espanhola de Cádiz, de 1812.

47. Em toda a época de seu apogeu, a borracha ocupou folgadoamente o segundo lugar entre os produtos brasileiros de exportação, alcançando o ponto máximo entre 1898 e 1910. A expansão da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para a região – ou seja, a diferença entre os que entraram e saíram – foi de cerca de 110 mil pessoas.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

A migração para a região, como mencionada no texto, teve origem sobretudo

- (A) no Ceará, em função da pobreza e da seca que periodicamente atingia a região.
- (B) em São Paulo, por conta do excedente populacional decorrente da imigração europeia.
- (C) na Bahia, como consequência da crise da economia do açúcar que afetou o estado.
- (D) no Rio Grande do Sul, devido à concentração de terras nas mãos dos grandes estancieiros.
- (E) em Goiás, como resultado do processo de expansão da fronteira agrícola na região centro-oeste.

48. Fosse qual fosse seu formato, em pelo menos um aspecto as revoltas de colonos eram incrivelmente semelhantes: nenhuma delas confrontou a Coroa portuguesa. Ao contrário: a linguagem dos rebeldes expressava estrita lealdade ao soberano, reafirmava a força simbólica da figura do rei sempre pronto a ouvir as aflições de seus súditos. Quase todas as revoltas procederam assim, exceto uma.

(Lília Moritz Schwarz e Heloisa Murgel Starling.  
*Brasil: uma biografia*. Adaptado)

A exceção mencionada pelo fragmento faz referência à

- (A) Guerra dos Emboabas, conflito decorrente da disputa pela exploração do ouro entre os bandeirantes paulistas, os primeiros a descobrir o ouro nas Minas Gerais, e aqueles que vieram depois, atraídos pelas notícias relacionadas à descoberta do metal.
- (B) Revolta de Beckman, que opôs os senhores de engenho do Maranhão à Companhia de Comércio do Maranhão, que detinha o monopólio do comércio da região por um período de vinte anos, com a obrigação de fornecer negros escravizados.
- (C) Revolta da Cachaça, no Rio de Janeiro, que colocou em choque os senhores de engenho produtores de aguardente e as autoridades municipais que cobravam taxas dos grandes proprietários e limitavam a produção de bebidas alcoólicas por brasileiros.
- (D) Guerra dos Mascates, que opôs os comerciantes de Recife – desejosos de autonomia administrativa para a cidade, chegando a discutir a independência de Pernambuco e a opção pela República – à elite açucareira pernambucana, sediada em Olinda.
- (E) Revolta de Vila Rica, ocorrida em função da criação das casas de fundição e da proibição da circulação de ouro em pó nas Minas Gerais, devido ao interesse da Coroa de estabelecer um controle fiscal mais rígido e aumentar a arrecadação do Estado.

49. No Brasil, a euforia tomou conta do ambiente, e de tal modo, que a abdicação (1831) foi entendida como um marco inaugural e fundador. Muitos a consideraram uma revolução exemplar, pois fora pacífica e não levava a derramamento de sangue. Outros a chamaram “regeneração brasileira”, tal seu caráter popular. Toda uma memória foi criada em torno do evento, como se ele representasse um tempo novo: a verdadeira independência.

(Lília Moritz Schwarz e Heloisa Murgel Starling.  
*Brasil: uma biografia*. Adaptado)

Em comparação com a independência (1822), a abdicação teve

- (A) uma participação popular tão significativa quanto o 7 de setembro, conhecido pela aclamação, nas ruas, de D. Pedro I como imperador.
  - (B) um caráter revolucionário, pois esteve em consonância com os valores antiescravistas associados à proibição do tráfico negreiro.
  - (C) um sentido conservador, pois resultou do acordo entre D. Pedro I e a elite escravista contra a proibição do tráfico negreiro imposta pelos britânicos.
  - (D) um significado histórico democrático, pois resultou na ampliação dos direitos políticos, não mais vinculados à renda ou à propriedade.
  - (E) maior participação popular, consagrando o espaço público como uma arena política permeada por práticas informais de cidadania.
50. A reivindicação de anistia era antiga, e a campanha começou em 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em São Paulo, por iniciativa de Thezinha Zerbini. Os núcleos do MFPA se espalharam pelo Brasil, receberam apoio do MDB e da Igreja Católica, e animaram os exilados a se agregarem em torno de uma bandeira comum. Em fevereiro de 1978, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

(Lília Moritz Schwarz e Heloisa Murgel Starling.  
*Brasil: uma biografia*. Adaptado)

Os Comitês Brasileiros pela Anistia

- (A) estiveram muito ligados à institucionalidade política, como o MDB, e às instituições da sociedade civil, como a OAB e a ABI, sem o apoio e a pressão das ruas.
- (B) unificaram as forças de oposição, reuniram artistas e intelectuais, ganharam a opinião pública, e transbordaram para a rua em passeatas, comícios e atos públicos.
- (C) mobilizaram setores importantes da sociedade brasileira e demoraram mais de uma década para conquistar a anistia dos presos políticos e dos exilados.
- (D) foram encampados por alguns setores da sociedade civil, mas não pelo campo da esquerda, que não desejava levar adiante a anistia de militares torturadores.
- (E) não receberam muito apoio dos setores mais combativos da oposição, que preferiram lutar na mesma época pela conquista das eleições diretas para presidente.

51. A sensação de segurança absoluta impediu a correta avaliação das tendências econômicas. O crédito fácil alimentava a continuidade da produção. A busca de enriquecimento rápido supervalorizou as ações das empresas. Em 1929 tudo veio abaixo. Com o crack da Bolsa de Nova York a crise generalizou-se, provocando um cataclisma em todo o mundo.

(José Jobson de Andrade Arruda. *A crise do capitalismo liberal*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras. Adaptado)

De acordo com a obra citada, a repercussão mundial da crise pode ser explicada

- (A) pela dificuldade da economia dos EUA em se recuperar do baque sofrido com a I Guerra Mundial, quando o país se endividou e perdeu recursos para a Europa.
- (B) pela retração da economia global capitalista que havia se iniciado em 1914, no contexto da guerra, e se aprofundou no pós-guerra e ao longo da década de 1920.
- (C) pela interdependência entre a economia americana e numerosos países do mundo capitalista, principalmente aqueles que receberam empréstimos a partir da I Guerra.
- (D) pelo papel da União Soviética na economia global nos anos 1920, o que tornava as economias dos países vulneráveis ao planejamento estatal e à planificação econômica.
- (E) pela política protecionista dos grandes impérios capitalistas desde o final do século XIX, o que acarretou o fechamento das economias nacionais ao comércio global.

52. Em dois períodos, sobretudo, presididos, respectivamente, por S. Witte (1892-1903) e por P. Stolypin (1906-1911), uma série de mecanismos garantiu altas taxas de desenvolvimento. Elevadas barreiras alfandegárias, estímulos fiscais, encomendas do Estado, moeda forte, arregimentação agressiva do capital estrangeiro, conferiam ao capitalismo russo um perfil específico.

(Daniel Aarão Reis Filho, *As revoluções russas*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras. Adaptado)

Em relação ao perfil específico do capitalismo russo, entre os séculos XIX e XX, é correto identificar:

- (A) a forte participação do Estado imperial, com uma política de liberdade política e ampliação dos direitos trabalhistas em meio à industrialização.
- (B) a construção de um pacto nacional com diferentes grupos sociais, entre aristocratas, burgueses e operários, com o objetivo de modernizar a Rússia.
- (C) o fortalecimento político e econômico da burguesia nacional russa em função dos interesses de expansão capitalista em direção ao Oriente.
- (D) o predomínio do capital estrangeiro de origem alemã, em detrimento dos capitais de origem britânica ou francesa, rechaçados pelos nacionalistas russos.
- (E) a ativa participação e controle estatais, com forte presença do capital estrangeiro e burguesia nacional pouco expressiva, mas recebendo apoio do Estado.

53. Havia diferenças significativas entre os dois líderes da nova extrema-direita: Hitler impunha pela força um programa racista e antisemita, Mussolini preferia a demagogia patriótica da "italianidade".

(Leandro Konder. *Cultura e política nos anos críticos*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras. Adaptado)

Ambos, entretanto, recorriam à repressão sistemática e combinavam em seus respectivos programas

- (A) aspectos militaristas decorrentes da vitória da Alemanha e da Itália na guerra com um ressentimento nacionalista autoritário e antiocidental.
  - (B) uma dimensão liberal de política econômica, baseada na crítica à concentração de renda e à desigualdade, com uma legislação trabalhista avançada.
  - (C) elementos antiliberais com elementos de um tipo de nacionalismo agressivo que tinha se fortalecido muito durante a Primeira Guerra Mundial.
  - (D) uma perspectiva crítica ao Iluminismo baseada em certa ideia de coletividade com a adesão à religiosidade católica mais conservadora.
  - (E) um projeto de desenvolvimento econômico voltado às camadas médias, às famílias operárias e às famílias do interior, com oposição ao grande capital.
54. Apesar de brutal e ditatorial, o sistema soviético não era "totalitário", um termo que se tornou popular entre os críticos do comunismo após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido inventado na década de 1920 pelo fascismo italiano para descrever seu próprio projeto.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*)

De acordo com Hobsbawm, a União Soviética não poderia ser considerada totalitária, pois o sistema soviético

- (A) não exercia efetivo "controle da mente" nem conseguia "conversão do pensamento", embora a população houvesse sido profundamente despolitizada.
- (B) estava fundado em um ideal de igualdade econômica que impedia a existência de hierarquias políticas ou desigualdades sociais dentro do regime.
- (C) manteve intactos os direitos civis da população, especialmente o direito à liberdade de expressão e à livre manifestação de pensamentos e opiniões.
- (D) independia das máquinas de repressão e perseguição política para sobreviver, estando ligado apenas às formas de convencimento e mobilização.
- (E) mantinha certa estrutura de poder democrática, aberta à participação, como os comitês de fábrica e os comitês populares de defesa da revolução.

55. Embora constitua-se num tema clássico da História do Tempo Presente, e talvez num dos fenômenos históricos com a mais ampla e contraditória bibliografia, o fascismo conheceu, após o final da década de 1980, uma vigorosa retomada de interesse, com novas abordagens e novas teorias explicativas. Tal fato se deve fundamentalmente a três razões.

(Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Os fascismos*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

Entre as razões encontradas para o fenômeno, é correto identificar:

- (A) o vigor apresentado pelas forças políticas da esquerda autoritária em alguns países ocidentais, o que levou a uma tentativa de reexaminar as experiências autoritárias do passado.
- (B) a retomada do revisionismo histórico, que contribuiu para que o tema do fascismo passasse a ser tratado nas escolas de maneira despolitizada e edulcorada, contrariando os princípios democráticos.
- (C) o fim da União Soviética, o que fez com que as democracias ocidentais voltassem a tratar o fascismo como seu principal inimigo, deixando de lado a preocupação com o comunismo.
- (D) a força da justiça de transição em alguns países, que passou a exigir a mobilização de documentos históricos em pesquisas aprofundadas com a finalidade de levar lideranças a julgamento.
- (E) a publicação de arquivos de vários países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Federação Russa, grande parte referente ao fascismo, após os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial.

56. Já em março de 1946, os Estados Unidos atenuavam a legislação sobre a desnazificação, restringindo-a apenas aos principais culpados, e dispensando os comprometidos, os comprometidos menores e os seguidores. Em pouco tempo, pode-se dizer, os tribunais de desnazificação transformaram-se em fábricas de seguidores (todos eram considerados apenas seguidores ou aderentes, a categoria mais leve de envolvimento com o nazismo).

(Francisco Carlos Teixeira da Silva. *Os fascismos*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

No caso alemão, a desnazificação ocorreu de forma

- (A) vinculada à pacificação da sociedade alemã, pois seria impossível levar nazistas a julgamento sem criar novos traumas.
- (B) marcadamente incompleta, e permite uma ponte histórica visível entre o fascismo histórico e o neofascismo.
- (C) muito restrita, pois nenhum oficial nazista foi levado a julgamento ou responsabilizado por seus crimes.
- (D) mais profunda no tecido social do que nas instituições políticas do Estado, como se vê na ausência de grupos neofascistas.
- (E) inviável, pois não houve uma só família alemã que não tivesse se comprometido com o nazismo de alguma maneira.

57. Até o fim da década de 1950 havia um amplo consenso entre os historiadores acerca da responsabilidade de Adolf Hitler pelo desencadear da guerra. Dentro desse consenso, cabiam a corrente interpretativa liberal e a corrente marxista. Para a primeira, Hitler encarnava o delírio do totalitarismo, do desumano poder capilar e total. Para a segunda, Hitler representava a face mais agressiva e impiedosa do imperialismo capitalista.

Em 1961, porém, o historiador inglês A.J.P. Taylor quebrou esse consenso, negando o que parecia uma verdade absolutamente inquestionável.

(Williams da Silva Gonçalves. *A Segunda Guerra Mundial*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

De acordo com o autor, como contraponto, o historiador Taylor afirmou que

- (A) os interesses relacionados à Segunda Guerra Mundial tinham razões políticas profundas, como na oposição entre sociedades liberais e sociedades comunistas, sem relação com as suas respectivas lideranças políticas.
- (B) a interpretação da Segunda Guerra Mundial tem um caráter muito mais geopolítico e econômico do que propriamente político, estando ausentes do conflito as dimensões políticas de embates sociais e projetos de sociedade.
- (C) as lideranças políticas como Chamberlain, Hitler, Mussolini e Stalin, historicamente associadas ao início da guerra, eram apenas marionetes dos interesses econômicos estruturais que mobilizavam o aparato militar no período.
- (D) os estadistas têm um valor menor do que aquele que aparentam ter, defendendo apenas os interesses nacionais de seus respectivos Estados, como Hitler ao tentar assegurar o controle alemão do centro-leste da Europa.
- (E) a Segunda Guerra Mundial não teve relação com os conflitos da Primeira Guerra, trazendo à tona novos interesses germânicos como a tentativa da Alemanha de se manter influente no leste europeu e nos Bálcãs.

58. Os alemães deram início, em 10 de maio de 1940, à grande ofensiva no Ocidente. Coincidentemente, nesse mesmo dia, Winston Churchill tornou-se primeiro-ministro britânico à testa de um governo de união nacional. Esse foi um momento especial, um ponto de inflexão na história da guerra. Porque, ao desfechar o ataque, a Alemanha definiu sua ampla superioridade na frente ocidental, habilitando-se, a seguir, a atacar a União Soviética.

(Williams da Silva Gonçalves. *A Segunda Guerra Mundial*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

Considerando o contexto abordado pelo excerto, a ascensão de Churchill ao poder representou

- (A) a possibilidade de atrair os EUA para a guerra, em função da proximidade do líder britânico com o presidente Roosevelt, o que facilitaria o esforço da frente ocidental na luta contra os nazistas.
- (B) uma ruptura com a política britânica de apaziguamento, com sua intransigente resistência funcionando como vértice para a formação da ampla aliança democrática contra a Alemanha nazista.
- (C) a reafirmação da política de apaziguamento na Inglaterra, levando França e União Soviética a liderarem o esforço de guerra contra os nazistas, independentemente das disputas políticas na Grã-Bretanha.
- (D) o ponto de partida do avanço ocidental sobre a Alemanha nazista, impedindo Hitler de ocupar a França e forçando os alemães a investirem no leste europeu, em busca de recursos para o esforço de guerra.
- (E) o predomínio do campo liberal sobre os comunistas no esforço de guerra contra a Alemanha nazista, transformando Stalin e a União Soviética em coadjuvantes no cenário da guerra pelos anos seguintes.

59. Depois da guerra, o governo dos EUA passou a trabalhar na estruturação de um mercado europeu rentável para as finanças e o comércio privados dos EUA, o que permitiria também lançar os fundamentos materiais necessários ao desencadeamento da luta contra as tendências políticas opostas aos seus interesses. A implementação desta política ocorreu em 1947.

(Paulo G. Fagundes Vizentini, *A Guerra Fria*.

Em: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

Tal política se deu por meio

- (A) da Doutrina Monroe.
- (B) do corolário Roosevelt e da política do Big Stick.
- (C) da Doutrina Truman e do Plano Marshall.
- (D) do New Deal.
- (E) da política da boa vizinhança.

60. No contexto do pós-guerra, o fornecimento de doações e empréstimos americanos a juros baixos visava equilibrar orçamentos e estabilizar as moedas europeias. Inicialmente, a oferta de ajuda abrangia também os países da Europa Oriental. Porém, conhecidas as condições de adesão para o recebimento da ajuda, ficou muito claro que o plano intervinha nas economias nacionais limitando seriamente a soberania de projetos estratégicos de desenvolvimento.

(Enrique S. Padrós. *Capitalismo, prosperidade e*

*Estado de Bem-Estar Social*. Em Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. *O século XX: O tempo das crises; Revoluções, fascismos e guerras*. Adaptado)

O plano ficou restrito à Europa Ocidental, pois no leste europeu

- (A) a presença dos EUA inviabilizaria a realização de projetos socialistas.
- (B) o crescimento econômico não necessitava de auxílio externo.
- (C) a situação de crise dificultaria a sustentação financeira pelos EUA.
- (D) não haveria necessidade de recursos financeiros para reconstrução.
- (E) o movimento operário recusava a aproximação com os EUA.





